

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CONCEITOS E FUNDAMENTAÇÕES

LITERACY AND LITERACY EDUCATION: CONCEPTS AND FOUNDATIONS

Maria Eugênia de Oliveira Alves¹

Rafaela Teixeira da Silveira¹

Heberth Paulo de Souza²

SOARES, Magda Becker. **Alfabetização e letramento**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2017.

A autora da obra resenhada é Magda Becker Soares, nascida na capital mineira, Belo Horizonte, no ano de 1932. Foi professora emérita e pesquisadora de Centro Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) da Faculdade de Educação da UFMG. Doutora e livre docente em Educação, é autora de importantes livros de alfabetização, tendo, em sua totalidade, 40 títulos de sua criação. Foi também membro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e consultora da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Possui grande experiência na área de Educação com ênfase em ensino-aprendizagem. Dedicou sua vida universitária à leitura, pesquisas, docência e publicações marcadas pela reflexão sobre o ensino para crianças, tendo também atuação ativa em projetos de alfabetização e letramento na educação em geral.

“Alfabetização e Letramento” é uma obra revista e ampliada. Após a sua primeira publicação em 2003, torna-se uma referência para a formação de educadores em vários níveis. Após ser novamente publicada, a obra segue retratando problemas, como o grave caso de analfabetismo no país.

Seguindo uma perspectiva político-social, o livro traz as práticas e concepções no entorno do tema, mostrando como a junção de alfabetização e letramento é essencial para se efetuar a aprendizagem. A obra se estrutura em 12 capítulos e é dividida em 3 partes.

A abordagem se inicia com o tema “alfabetização”. Este é, muitas vezes, distorcido e visto como um programa de acesso à leitura e escrita, o que acaba causando uma desarmonia entre o processo de alfabetização *stricto sensu* e a conquista da cidadania. É nítido que, dentro da área da educação, o tema apresenta várias facetas, sendo essas retratadas por diferentes figuras do meio.

De acordo com Soares (2017), o professor, para começar a alfabetizar, precisa ter fundamentos psicológicos e fonológicos para analisar os sons da fala, aspectos linguísticos e

¹ Curso de graduação em pedagogia do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN

² Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão, Inovação e Internacionalização do UNIPTAN.

traços sociolinguísticos, porque, cada criança fala de acordo com seu dialeto, com sua classe e com o ambiente em que vive. Então, o termo “alfabetização”, muitas vezes, é limitado, mas Soares prefere então defini-lo como: “aprendizagem inicial da língua escrita”. O termo só pode ser esclarecido através da análise de várias concepções, pois é trabalhada voltada para vários aspectos, ora no contexto do aluno, ora na didática do professor. Segundo Soares (2017, p.14), falhas nesse processo podem resultar no fracasso escolar. Com isso, em seu sentido próprio, a alfabetização está ligada a duas vertentes do ler e escrever, de forma que pode ocorrer de maneira mecânica, tratando somente de codificação e como compreensão de significados (p.17). A alfabetização não se restringe a uma habilidade, mas, sim, a um conjunto delas.

Soares foi a precursora do termo “letramento”, o qual surgiu no Brasil no ano de 1980. Ele é voltado para as práticas sociais, às formas de como se aplica o aprendizado no cotidiano. Nesse sentido, é possível ser letrado sem ser alfabetizado, pois um analfabeto consegue agir em situações sociais, mesmo sem estar alfabetizado. Entretanto, é a alfabetização que norteia sobre ler e escrever, e quando se reconhece e integra esse conhecimento, está-se realizando o letramento. Para a autora (p. 35), a alfabetização e o letramento devem acontecer juntos, já que um se correlaciona com o outro, e os dois são importantes na mesma medida. Então, mesmo como termos diferentes, a junção dos dois propicia soluções para a redução do fracasso escolar (p. 47). A autora destaca que, quando se alfabetiza letrando, conduz-se a aprendizagem ao melhor caminho, como forma de superar os problemas que surgem no percurso escolar e que precisam ser enfrentados para obter resultados significativos no processo ensino-aprendizagem.

A segunda parte do livro começa a contextualizar a chegada das camadas populares à educação, a qual antes era voltada para a elite, já que, somente esta, tinha condições para estudar. Com essa reviravolta na educação, sofreram-se alterações com o choque dos padrões culturais e as variantes da língua. Essa mudança trouxe para a escola algo totalmente diferente do que ela estava acostumada a trabalhar com as classes dominantes, reforçando que as questões sociais implicavam grandes distinções em relação também à aprendizagem.

Soares (p. 71) começa a elucidar como as diferenças culturais influenciavam no processo de ensino, o que pareceu ter começado em 1960, mas já se iniciava em décadas anteriores, quando as escolas eram totalmente burguesas. Com a chegada dessa nova classe, as instituições escolares tiveram que se adequar a esse conflito cultural, do ponto de vista das novas perspectivas teóricas, o que parecia resultar em uma radical transformação. Dessa forma, a gramática foi deixando sua superioridade e passando a ser uma “teoria da comunicação”, como afirma Soares (p. 75). Não se tratava mais de apenas levar o conhecimento linguístico, mas de desenvolver habilidades de expressão e compreensão.

Esse avanço na educação, que teve impulso no século XX, questiona a perspectiva da língua escrita que foi surgindo no século XIX, da qual o ensino se baseava em uma psicologia

denominada associacionista, que acreditava que, para construir novos aprendizados, vivenciava-se um processo que partiria do anterior e também de seus erros, buscando maneiras de solucionar as situações. Diferente da mudança que se buscava fazer na nova fase, estabelece-se que há uma sequência de pré-requisitos para concretizar a aprendizagem do sistema ortográfico. Isso coloca o aluno como dependente de estímulos para a aprendizagem. A nova concepção da língua busca ter o aluno como protagonista que vai construindo próprio conhecimento, como afirma Soares (p. 76). Nessa perspectiva, o indivíduo, que seria dependente de estímulos, assume uma postura ativa, estando no centro de sua aprendizagem, construindo seus próprios métodos e habilidades, e passando a construir interações interpessoais e com a língua escrita e oral.

A autora explica que a alfabetização dos educandos acontecia através de cartilhas que serviam como suporte para ensinar nos anos iniciais da escolarização. Elas eram espécies de fichas, com desenhos e histórias, que balizavam a escrita que os alunos iriam produzir, a princípio, através de palavras e versos, e muitas vezes com letras semelhantes, com ênfase na pronúncia dos fonemas e sem sequência lógica.

Paulo Freire (1921-1997) foi um educador que apoiava que as cartilhas e os métodos de alfabetização fossem voltados para o cotidiano dos alunos, de forma que eles trabalhassem com aquilo que veem e que realmente fosse parte de seu cotidiano.

Ao falar de alfabetização, um termo que se faz presente é o da “(des)aprendizagem” das funções da escrita. Este é explicado por Soares (p. 92), como a introdução de propostas construtivas na questão da alfabetização, com processos de construção, sistemas alfabéticos e ortográficos, transição da fala para a forma escrita e suas habilidades textuais, que, ao não considerar o processo particular de cada criança, que acontece de acordo com as camadas sociais de origem, justifica o fracasso escolar vindo por parte dessas camadas populares, pela distância na distinção da forma com que se fala para a forma com que se escreve, em função do nível socioeconômico.

De acordo com o que foi elucidado pela autora (p. 99), as funções de linguagem se distinguem de acordo com as classes sociais. Elas se destacam de formas diferentes nas camadas populares, na média e na alta, demonstrando que o conhecimento legítimo tem relação com o grupo da colocação na pirâmide social a que pertencem.

Soares (p. 115) explica que, a partir de 1950, deu-se a busca por um método de alfabetização. Mas esse método que, a princípio, parecia ser uma forma de se explicar tudo sobre o tema, passou a ser questionado acerca do que se resolveria e explicaria toda a abrangência do processo de aprendizagem da língua escrita. Então, a autora retrata a importância de uma radical mudança vista como um paradigma que já era instaurado como problema da aprendizagem. A partir dessas explicações, a obra traz três tabelas com dados quantitativos dos anos de 1950 a 1980. Nesse contexto, também se faz presente a

predominância do associacionismo, que primeiramente pairou sobre as décadas de 1950 e 1960 e ainda fortemente nos anos 1970.

Dessa forma, mesmo com a presença da teoria associacionista nos anos iniciais de 1980, o que predominou após a vertente de Skinner (1904-1990) foi a influência de Jean Piaget (1896-1980), que trouxe consigo a reflexão da alfabetização no Brasil.

Para que a criança fosse considerada pronta para ser alfabetizada, acreditava-se que ela precisava de uma série de pré-requisitos para que essa aprendizagem fosse efetivada. Mas, isso mudou quando surgiu a visão interacionista, a qual rejeitava uma norma hierárquica de habilidades. Essa teoria foi conhecida primeiramente por autores como Lev Vygotsky (1896-1934), que explicava que, para a criança se desenvolver, precisava se relacionar com pessoas e objetos de seu meio social.

A aprendizagem, então, se daria de forma progressiva, como uma construção de estruturas cognitivas. Ou seja, ao interagir com o objeto da escrita, a criança pode vir a apresentar dificuldades no seu processo de aquisição do conhecimento, as quais antes eram consideradas até mesmo como “deficiências”, passando a serem vistas e trabalhadas como “erros construtivos” não avaliativos, mas, sim, descritivos. Portanto, como conclui Soares (p. 128), precisava-se de proposições metodológicas e compreensão de toda a realidade do ensino e do educando para, então, se resolver o conflito da alfabetização que, muitas vezes, é levado ao desastre escolar. Isso significa que, para se ensinar a ler e escrever, precisa-se trabalhar com duas linhas de raciocínio – uma delas voltada para a linguística e outra para o cognitivo, verificando todas as facetas do conhecimento.

A partir desse momento, dá-se início à explicação de uma nova palavra: “alfabetismo”, o qual pode parecer ser definido através dos indivíduos alfabetizados e analfabetos, mas, melhor explicando, é significativo daquele indivíduo que aprendeu a ler e escrever, como contrário do termo “analfabeto”, não havendo palavra para designar alguém que vive nesse estado. O termo alfabetismo pode ser analisado por duas dimensões: a individual, quando, de forma pessoal, se adquire a habilidade de leitura e escrita, e a social, com a aquisição de um conjunto de atividades sociais, como aponta Soares (p. 151). É também importante ressaltar um outro tipo de alfabetismo, o funcional, aquele que enfatiza seu valor para a sobrevivência, na relação cotidiana, como afirmou Scribner (1984, p. 9).

Assim como a alfabetização, o termo “alfabetismo” também se mostra em várias perspectivas, ou seja, não se pode defini-lo em um conceito genérico, pois são muitas as metodologias para explicá-lo, e só a integração das diversas ciências humanas pode começar a caracterizá-lo. Entre suas inúmeras concepções, temos as perspectivas: histórica, antropológica, sociolinguística, psicológica e psicolinguística, sociológica, a propriamente linguística, a discursiva em suas produções de discursos orais e escritos, a textual, literária,

educacional ou pedagógica, de forma mais metodológica e institucional, e, por fim, a política, não partidária, mas a de escolarização.

Só é possível ter entendimento desse fenômeno ao relacionar todos esses conceitos multidisciplinares, suas metodologias e teorias, assim como retrata Gnerre (1958, p. 28), ao dizer que os estudos da escrita foram construídos a partir do pensamento das áreas de ciências humanas e também do estudo da Educação, que retratavam a história a partir das atividades convencionais das concepções ocidentais desses campos.

A educação e a política caminham juntas, principalmente, quando se fala dos direitos que cabem ao cidadão na sociedade. Quando se busca conceituar o que é essa participação na comunidade, vê-se que o termo é frequentemente usado para explicar discursos políticos, sociais, acadêmicos e culturais. Ao relacionar esses dois pressupostos, faz-se presente a luta contra a discriminação que, no contexto social e educacional, demonstra que são nítidas as injustiças referentes às diferentes classes sociais. Em meio a essa diferenciação na hierarquia, é notório que as camadas populares com nível socioeconômico mais baixo não possuem os mesmos direitos civis e políticos que as classes dominantes, a elite. Conseqüentemente, os dominados são vistos como alienados. Por muitas vezes, não conseguiram entender ou reivindicar a negação de seus direitos.

Então, fica explícito que aquele cidadão analfabeto, que não consegue ler e escrever, não é somente prejudicado em termos de escolaridade, mas também em seu papel como participante ativo de sua sociedade, onde ele nem sequer é capaz de votar e agir em seu meio. Como explica Soares (p. 170), só quem sabe ler e escrever é capaz de agir politicamente. Conclui-se, dessa maneira, que a aprendizagem não acontece de forma “técnica” neutra, pois ela depende de todo um contexto no qual está inserida, já que esse contexto influencia na sua formação, Ou seja, para se conquistar a cidadania, deve-se buscar por seus direitos, já que é um direito de todos.

No desfecho da obra, Magda Soares discute um pouco de seu conhecimento e admiração por Paulo Freire, por ela, considerado o maior educador brasileiro. O mesmo ficou conhecido com o seu método de alfabetização para adultos, método este que considerava, parte do processo, a realidade de seus alunos. Ele também foi o grande defensor e intitulado da educação libertária, a qual ia contra a educação bancária, que coloca o aluno somente como receptor do conhecimento e não como criador do seu processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Soares (p. 181), Freire acreditava que, para consolidar a alfabetização, precisava-se transformar o material com o qual se alfabetiza, o objetivo com o qual se forma o educando em seu processo de alfabetização e as relações sociais, já que o aprendiz é também parte da sociedade.

Soares destaca que não se pode reduzir Paulo Freire a um método, tendo sido este somente algo dentro da grandiosidade de coisas criadas e fundamentas pelo educador, já que foi ele quem criou a pedagogia, a educação em sua amplitude e, além disso, foi autor de grandes obras como “Pedagogia da autonomia”. Ele não foi só conhecido em seu país, mas em todo o mundo e, dessa forma, não criou somente um método, mas uma nova concepção acerca do que é alfabetização.

Portanto, é imprescindível ressaltar que todas as considerações de Magda Soares são extremamente válidas, principalmente por ela levar em conta o educando não só em seu campo cognitivo, mas também entendendo que, para construir seus processos, precisa-se tomar como base também outros aspectos como sociais, psicológicos e linguísticos. Camadas populares não aprendem com a mesma facilidade que a elite, visto que a escola considera outras competências como parte do processo e uma linguagem que é mais próxima e natural a determinados membros dessa sociedade. O primeiro impacto que sujeitos de classes populares vivenciam é a apropriação da língua escrita. Não se escreve como se fala e, aqueles que são detêm maior capital cultural, têm mais probabilidade, ou facilidade, para aprender porque lhes é cobrado uma linguagem mais próxima ao contexto em que vivem. Tratando-se do psicológico, percebe-se que as estruturas da mente são realmente diferentes, assim como os processos, que variam entre os indivíduos alfabetizados e os analfabetos. A forma como ela retrata que as etapas de alfabetização e letramento devem acontecer simultaneamente mostra que a aprendizagem não deve se dar de forma técnica, somente no ambiente escolar, mas, sim, de forma significativa, para que o aluno possa aplicar o que aprendeu nas suas práticas sociais e cotidianas.